

## CORREIO BASTIDORES

POR  
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Carlos Jordy se reunirá com André Mendonça

## Deputado do PL afirma que cobrará do STF criação de CPMI

O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) disse que se reunirá na quarta com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, para tratar de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Banco Master. Em março, ele impetrou mandado de segurança no STF para exigir a instalação da CPMI.

Jordy afirmou que a conversa deveria ter ocorrido na última quarta, mas foi adiada a pedido de Mendonça porque, no mesmo dia, o Senado analisaria a indicação de Jorge Messias para o STF.

Segundo ele, caberá ao ministro decidir sobre a CPMI. O parlamentar disse que insistirá na abertura da investigação pelo Congresso Nacional.

## Acordo

O pedido de criação da CPMI foi protocolado em fevereiro com um número de assinaturas acima do necessário.

Pelo regimento do Congresso, a comissão teria que ter sido instalada de forma automática na primeira sessão conjunta depois de seu pedido de criação.

Graças a um acordo feito com a maior parte da oposição, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), ignorou a norma.

Andressa Anholete/Agência Senado



Davi Alcolumbre ignorou o regimento

## Oposição evitou cobrança

Em tese, a CPMI deveria ter sido instalada na sessão da última quinta, convocada por Alcolumbre para analisar o veto do presidente Lula ao projeto de lei que diminui pena para condenados por golpismo. Focada na atuação do ministro Alexandre de Moraes, do STF, a investigação foi requerida principalmente pelo PL.

Na sessão, porém, a instalação da CPMI foi mais cobrada por governistas do que por parlamentares da oposição. Alguns destes afirmaram que a “pauta humanitária” justificava a não abertura da apuração do caso Master.

## Fragilidade do STF

Em 2021, o então ministro Luís Roberto Barroso, do STF determinou ao Senado a abertura da CPI da Covid. O problema, agora, é que CPMI atingiria, pelo menos, dois integrantes da corte, Moraes — que teria atuado com Alcolumbre para a rejeição de Messias — e Dias Toffoli. Além disso, o Senado mostrou ter maioria para decretar o impeachment de ministros do STF.

## Dosimetria

A derrubada do veto de Lula ao projeto da dosimetria também deverá chegar ao STF. Para evitar favorecer outros criminosos além dos condenados por golpismo, Alcolumbre colocou em votação apenas a derrubada de um trecho do veto. Governistas alegam que a manobra contrariou o regimento.

## Inconstitucional

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirma que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lindberg Farias (PT-RJ) também vai recorrer. Diz que o projeto da dosimetria é inconstitucional porque uma lei “abstrata e geral” não pode ter “desvio de finalidade” para beneficiar pessoas determinadas.

## Jurista

O advogado e professor de direito constitucional Lenio Streck também afirma que o projeto contraria a Constituição por ter “situações concretas” como objeto. Frisa também que em nenhum sistema jurídico é permitido aprovar leis para alterar sentenças judiciais transitadas em julgado.

## ‘Drible da vaca’

Professor da Unisinos, Streck diz que o “fatiamento” do veto presidencial, que atingiu todo o projeto, também foi inconstitucional. Para ele, isso representou um “drible da vaca hermenêutico” que deve ser anulado pelo STF. Ele, porém, que o Congresso fez um “jogo de soma zero” com a aprovação do projeto e derrubada do veto.

## Ganha-ganha

Para Streck, o Congresso sairá vitorioso se apressar a libertação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de aliados, mas também no caso de o STF anular a decisão tomada. Isto porque, assim, haveria a criação de um novo polo de tensão com a corte. “Ou seja, o parlamento ganha mesmo se perder no STF”, diz.

## Perde-perde

“O STF, acuado, vai bancar?”, pergunta. Para ele, se derubar o projeto, a corte dará ao Congresso o discurso de necessidade de eleição de senadores capazes de decretar impeachment de ministros. Se não bancar, garante a ajuda a Bolsonaro e dá aos parlamentares o discurso de vitória sobre o STF.



Manifestação em Brasília no Primeiro de Maio

## Pelo segundo ano seguido, Lula não vai ao 1º de maio

Em comunicado, presidente defendeu o fim da escala 6x1

Por Gabriela Gallo

Pelo segundo ano consecutivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não compareceu a manifestações sindicais no país pelo Dia do Trabalhador (1º de maio). Em vez disso, optou por realizar um pronunciamento público para rádio e TV na noite de quinta-feira (30), véspera do feriado. No pronunciamento, o presidente defendeu o fim a jornada de trabalho em escala 6X1 e fez uma crítica direta àqueles que são contra a redução.

“A elite brasileira sempre foi contra melhorias para o trabalhador: o salário mínimo, as férias remuneradas, o 13º salário. A turma do andar de cima disse que cada uma dessas conquistas ia quebrar o Brasil. E o Brasil nunca quebrou por dar direito aos trabalhadores. Sempre ficou mais forte. Porque toda vez que a vida do trabalhador melhora, a roda da economia gira com mais força e todo mundo acaba ganhando. É isso que vai acontecer com o fim da escala 6X1 no Brasil”, defendeu Lula em pronunciamento para rádio e TV.

Além de ser a principal bandeira do governo atualmente, o fim da jornada de trabalho da escala 6X1 (quando o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) sem redução salarial foi o principal tema de grande parte das manifestações no país no dia 1º.

Para além da pauta governista, também ocorreu uma manifestação da oposição na Avenida Paulista, em São Paulo. O ato foi organizado pelo grupo “Patriotas do QG” a manifestação teve como lema “Flávio presidente, Bolsonaro livre e Supremo é o povo”. Contudo, como não havia nenhuma liderança do primeiro escalão conservador ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro no trio elétrico, o ato estava esvaziado.

Como o ato da oposição ocorreu na Avenida Paulista, um dos principais locais para manifestações de larga escala, as manifestações sindicais, tradicionalmente as principais entidades que protagonizam atos no dia do trabalho, se espalharam pelo estado e realizaram atos descentralizados.

## Desenrola

Nesta segunda-feira (4) será lançado oficialmente o Novo Desenrola Brasil. A informação também foi divulgada pelo presidente Lula durante a transmissão na quinta-feira.

Será possível renegociar dívidas de cartão de crédito, cheque especial, crédito especial, rotativo e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), um empréstimo que o governo federal concede para alunos realizarem um curso superior em instituições particulares e pagarem 100% do valor após a formatura. Os juros serão reduzidos para até 1,99%, com descontos de até 90%.